

## Nações em confronto: as histórias literárias e as literaturas comparadas no século XIX

*Luiz Eduardo Oliveira\**

**RESUMO:** A historiografia romântica constitui-se como estratégia discursiva preponderante na construção da narrativa da nação, uma vez que mobiliza mitos fundacionais e inventa tradições. Por outro lado, o Romantismo transcende as barreiras do nacional, pois, ao implicar a relação entre as estruturas das línguas e a índole de suas literaturas, sugere aos historiadores a comparação de diferentes narrativas nacionais. Este ensaio investiga o modo como a comparação entre literaturas configurou-se, no século XIX, como uma comparação entre estados-nação, os quais se constroem discursivamente em mútuo confronto, num processo permeado de relações de poder e estranhamento.

**PALAVRAS-CHAVE:** história literária, identidade nacional, literatura comparada.

**ABSTRACT:** The romantic historiography is constituted as a discursive strategy which is preponderant in the construction of the narratives of the nation, once it mobilizes foundational myths and invents traditions. On the other hand, Romanticism transcends the limits of the national, for, implying a relation between the structures of the languages and the character of their literatures, suggests to the historians the comparison between different national narratives. This essay investigates the way how the comparison of literatures, during the nineteenth century, configures a comparison between nation states, which are themselves constructed discursively in mutual confrontation, in a process permeated by relations of power and strangeness.

**KEYWORDS:** literary history, national identity, comparative literature.

---

\* Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Comparar literaturas é comparar nações, as quais se constroem discursivamente, de forma dialética e dialógica, em mútuo confronto, num processo de assimilação recíproca e, na maior parte das vezes, desigual, permeado de relações de poder e estranhamento. É também conceber de modo quase metafísico uma entidade específica chamada literatura, algo que se constitui como instância legitimadora dos estados-nação, concorrendo de modo privilegiado para o processo de construção das identidades nacionais.

Para se imaginar a nação, contudo, foi necessário não somente que as comunidades religiosas e dinásticas entrassem em declínio, mas também que uma nova maneira de apreender o mundo fosse configurada, passando a história a ser concebida como uma cadeia de causas e efeitos, o que implicava uma separação radical entre as noções de passado e presente. Foi quando a concepção medieval de tempo – na qual passado, presente e futuro se confundiam – deu lugar a um “tempo vazio e homogêneo”, nas palavras de Benjamin (*apud* Anderson, 2008, p. 54), fazendo com que a ideia de simultaneidade se tornasse possível. Tal ideia serviu de suporte aos dois gêneros que proporcionaram, no século XVIII, os meios técnicos necessários para se “re-presentar” – ou “narrar”, como quer Bhabha (2006) – as “comunidades imaginadas” correspondentes à nação: o romance e o jornal.

Desse modo, fazer uma nação corresponde a fazer uma literatura, como notou Miranda (1994, p. 33), uma vez que a concepção de história herdeira do Iluminismo, como uma temporalidade linear e contínua, evoluindo ou progredindo de forma monolítica rumo a um futuro ilimitado, contribui de maneira decisiva para a construção de histórias literárias que, em nome do interesse nacional e de prerrogativas étnicas, buscam “re-presentar” – ou “narrar” – a nação de modo unificado e sem fissuras.

Para Carpeaux (1959, p. 21), Herder teria sido o fundador da história literária autônoma, ao criar o conceito

de “literatura nacional” como a expressão mais completa da evolução espiritual de uma nação, inspirando todo o nacionalismo do século XIX, o qual teria dado origem tanto ao “pan-eslavismo” quanto ao “racismo alemão”. Suas *Ideias para a filosofia da história da humanidade* (1784-1791), ademais, teriam não somente formulado o conceito de “literatura universal” como também estabelecido – ou “naturalizado” – a relação entre as estruturas das línguas e a índole de suas literaturas.

Ao tratar das comunidades religiosas, as quais eram imaginadas pelo uso de uma língua e uma escrita sagradas, como foi o caso do árabe e do chinês escritos, bem como do latim, no Ocidente, Anderson (2008, p. 44) relaciona o seu declínio, no final da Idade Média, com as explorações do mundo não europeu e as narrativas de viagem delas decorrentes. Segundo o autor, no confronto com o Outro, “o uso inconsciente do ‘nossa’ (que se torna ‘deles’)” e a “qualificação da fé cristã como ‘a mais verdadeira’” denunciam uma “territorialização dos credos”, prenunciando o discurso nacionalista de que “a ‘nossa’ nação é a ‘melhor’ – num *campo comparativo* e competitivo”. Desse modo, o rebaixamento gradual das línguas sagradas – o que, no caso ocidental, pode ser representado pelo declínio do latim – corresponde à ascensão dos vernáculos, algo tornado massivo pelo “capitalismo tipográfico”, que possibilitou a produção de livros escritos nas línguas vernáculas (Anderson, 2008, p. 46).

Nesse processo de standardização dos vernáculos europeus, concorreram vários outros fatores, dentre os quais podem ser destacados o desenvolvimento dos saberes linguísticos, a administração dos grandes Estados, a expansão colonial, o proselitismo religioso das duas Reformas e a literarização dos idiomas, em sua relação com a identidade nacional. Nesse sentido, a constituição das nações europeias acarreta uma situação de luta entre elas, institucionalizando, conseqüentemente, uma concorrência entre as línguas:

A velha correspondência *uma língua, uma nação*, tomando valor não mais pelo passado mas pelo futuro, adquire um novo sentido: as nações transformadas, quando puderam, em Estados, estes vão fazer da aprendizagem e do uso de *uma* língua oficial uma obrigação para os cidadãos (Auroux, 1992, p. 49).

Nessa perspectiva, se o fato da gramatização,<sup>1</sup> como fenômeno massivo, pode situar-se no século XVI, no qual se verifica o aparecimento de grande número de gramáticas, e de quase todas as línguas do mundo, cujas descrições eram baseadas na gramática da língua latina, fato verificado inclusive no Brasil, como testemunha a *Arte da grammatica da língoa mais usada na costa do Brasil*, de 1595, composta pelo padre jesuíta José de Anchieta (1533-1597), é por essa época também que a disputa entre as línguas se torna objeto dos vários diálogos então publicados, como foi o caso da língua portuguesa.

Gênero em voga no Renascimento, o diálogo era uma espécie de encenação de uma conversa entre dois ou mais indivíduos, os quais eram representados pelos homens de letras, nobres e autores da época. No caso português, dois se tornaram célebres: *O diálogo em louvor da nossa linguagem*, de João de Barros, publicado em 1540, e o *Diálogo em defesa da língua portuguesa*, de Pero de Magalhães Gândavo, publicado em 1574. Ambos estão articulados em oposição à língua espanhola, na tentativa de provar que o português, estando mais próximo do latim, seria superior e mais nobre do que o espanhol, num momento em que o movimento de defesa e ilustração das línguas vulgares se espalhou pela Europa, suscitando uma série de publicações sobre o tema. Assim, tanto Pietro Bembo, em *Prose della volgar lingua* (1525), quanto Juan de Valdés, no *Diálogo de la lengua* (1535), e Joachim du Bellay, em *La deffence ET illustration de la langue françoise* (1549), além dos autores portugueses acima mencionados, defendiam a ideia de que a língua vulgar poderia ser tão digna quanto a latina, afirmando ser a própria língua nacional superior às demais:

---

<sup>1</sup> O conceito de “gramatização”, tal como o define Auroux (1992, p. 65) – “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” –, difere-se das primeiras tentativas filológicas de tradução e interpretação de textos, assim como da *grammatiké* grega, que nasce na virada dos séculos V e IV antes de nossa era. Sua formulação tem origem no século II a.C., com a Escola de Alexandria, e associa-se ao conhecimento empírico dos poetas e prosadores, mas o sentido moderno, como corpo de regras que explicam como construir palavras mediante paradigmas, para aprender a falar – e depois ler e escrever –, é um advento mais recente e coincide com o Renascimento.

No contexto português, a defesa da língua articulava-se também com a expansão marítima e territorial, com o projeto imperialista da coroa portuguesa e com a colonização das novas possessões orientais e ocidentais. Como sintetizava Antonio de Nebrija no prólogo de sua gramática: “sempre a língua foi companheira do império”. Fernão de Oliveira, nosso primeiro gramático, também enfatizava o caráter político da língua: “porque quando senhoreavam o mundo mandaram todas as gentes a elas sujeitas aprender suas línguas”. [...] O português e também o espanhol se sonhavam como língua imperialista, projetando a sua expansão pelas novas terras conquistadas, a exemplo dos romanos e do latim: uma nova língua imperial, herdeira do império romano (Hue, 2007, p. 16).

No diálogo de João de Barros, em que o autor conversa longamente com o filho sobre as qualidades e potencialidades da língua portuguesa, preconizando uma pedagogia para seu ensino, a relação entre língua e império, bem como os exemplos clássicos, se faz evidente em mais de uma oportunidade, como deixa ver o momento em que o pai, ao tentar convencer o filho de que a aprendizagem da gramática portuguesa, além de garantir a transmissão dos preceitos da fé cristã, facilita o entendimento de outras línguas, refere-se a “Túlio, César, Lívio” – tidos como “fonte da eloquência” – para justificar que eles aprenderam sua “natural linguagem” antes da língua grega, argumentando ainda que Carlos Magno e “outros tão graves e doutos barões” preferiam a vitória que sua língua tinha, em ser recebida – ou imposta – em nações bárbaras, à submissão dos seus povos ao jugo do seu império (*apud* Hue, 2007, p. 52-53).

Gândavo, por sua vez, em seu *Diálogo em defesa da língua portuguesa*, representa o antagonismo de dois interlocutores: Petrônio, que defende, em português, a sua língua, e seu adversário, Falêncio, que, em seu próprio idioma, argumenta a favor da superioridade do castelhano. Apesar de ter como modelo João de Barros, e de usar muitos de seus argumentos em favor da nobreza da língua portu-  
gue-

sa, por ser mais próxima do latim do que o espanhol, Gândavo sugere uma aproximação entre as línguas e os gêneros, pois, para o autor, cada língua tem um estilo que lhe é mais próprio. Desse modo, o grego seria mais apropriado para versos, o latim para orações, o toscano para os sonetos, o português para as comédias em prosa e o verso heróico e o castelhano para as “trovas redondas e garridas que naturalmente parecem feitas para ela” (*apud* Hue, 2007, p. 73).

É nesse momento que, para provar que os portugueses não tinham necessidade de usar o castelhano, algo criticado pelo autor – que afirma que a nação portuguesa era “mais afeiçãoada às coisas dos outros reinos que às da sua mesma natureza, coisa que se não acha nas outras nações”<sup>2</sup> (*apud* Hue, 2007, p. 72) –, Gândavo faz uma relação dos poetas e escritores portugueses, indicando suas obras. Trata-se, nesse caso, do estabelecimento do primeiro cânone de autores de língua portuguesa: Francisco Sá de Miranda, cujas comédias e versos são tidos como os primeiros verdadeiramente portugueses; João de Barros; Frei Heitor Pinto, autor da *Imagem da vida cristã*; Lourenço de Cárceres; Francisco de Moraes; Jorge Ferreira; Antonio Pinto; Luís de Camões, “de cuja fama o tempo nunca triunfará”; Diogo Bernardes; António Ferreira e André de Resende (*apud* Hue, 2007, p. 73-75).<sup>3</sup>

Nesse sentido, tem razão Buescu (1969, p. 18), quando afirma que

Ao pretender forjar para as línguas vulgares uma regularidade idêntica à das línguas antigas, os Gramáticos do século XVI estão, pois, coerentes consigo mesmos, na medida em que o grande leitor motivo de toda a actividade mental renascentista se concentra na dignificação das nações modernas em paralelo com os povos da Antiguidade, sobretudo o povo latino. A consciência lingüística vai, pois, a par com a consciência nacional, até mesmo com a consciência imperial, e a língua aparece-nos pela primeira vez considerada como o espírito e alma de cada Nação.

<sup>2</sup> Como afirma Hue (2007, p. 11), “a ameaça do castelhano, língua de corte, arte e saber, refletia uma configuração ibérica em que o espanhol tinha se afirmado como idioma de cultura desde meados do século XV. Carlos V, em 1536, em Roma, adota o espanhol no âmbito da diplomacia, configurando oficialmente uma ‘praxis de poder’ da língua e promovendo sua ‘internacionalização’. São vários os autores portugueses no século XVI que escrevem em espanhol para que suas obras alcancem um público maior, reconhecendo-o como língua mais difundida e com maior número de leitores”.

<sup>3</sup> Em seu cânone, não está presente o único autor português mencionado por João de Barros, em seu diálogo: Gil Vicente. Para Hue (2007, p. 26-27), “seu teatro popular, de raízes medievais, não se prestava ao objetivo de mostrar a língua portuguesa próxima do latim e imersa no classicismo”, razão por que “dá preferência a autores cujas obras estão pontuadas por um vasto – e por vezes exibicionista – saber erudito e por inúmeras citações de autores latinos e gregos”.

Para Anderson (2008, p. 73-75), três fatores externos contribuíram para o surgimento da consciência nacional, contribuindo para a dignidade literária dos vernáculos: 1) a mudança de caráter do latim, que, de língua sagrada, graças à sua condição de texto, passa a ser objeto de apreciação estética e/ou estilística, tornando-se arcano por conta do que estava escrito, isto é, da “língua-em-si”; 2) o impacto da reforma, especialmente com a aliança entre o protestantismo e o capitalismo editorial; 3) a lenta difusão de alguns vernáculos como instrumentos de centralização administrativa, por obra de certos monarcas bem posicionados, com pretensões absolutistas.

Há que se observar, contudo, a diferença entre uma “escolha” da língua como fruto de um desenvolvimento inconsciente ou aleatório, como foram os casos inglês e francês, e as políticas linguísticas autoconscientes dos dinastas oitocentistas – e mesmo setecentistas, como foi o caso da política linguística e educacional do rei português D. José I, por meio do seu ministro, o Marquês de Pombal (Andrade, 1978) –, diante dos nacionalismos linguísticos populares de oposição.

Se por meio do “gênio” de uma língua poderíamos apreender o espírito de uma nação, é pela sua expressão mais alta, a literária, que a nação é narrada. Assim pensava Herder, em suas já mencionadas *Ideias para a filosofia da história da humanidade* (1784-1791). Sua obra, nessa perspectiva, teria sugerido a Humboldt, “o criador da linguística comparativa”, o estudo filológico das literaturas modernas, e a Friedrich Schlegel a ideia de um paralelismo histórico na evolução de todas as artes, a partir de uma “lei de evolução espiritual” que apareceria na narrativa cronológica dos fatos literários. Tal concepção de tempo estaria ligada ao “passadismo” dos românticos, pois o fio cronológico seria a “árvore genealógica das obras do espírito” (Carpeaux, 1959, p. 22).

Esse era o mote, por exemplo, das primeiras obras da historiografia da literatura inglesa, como observou Wellek

(1962, p. 315-316): Thomas Warton, em sua história da poesia inglesa, de 1774, afirmava que o objetivo do estudo da literatura antiga era “registrar fielmente as feições das épocas e preservar as mais pitorescas e expressivas representações dos costumes”. Henry Morley, no prefácio a *English writers* (1864), concebia a sua obra como a “história do espírito inglês”. W. J. Courthope, por sua vez, em outra história da poesia inglesa, publicada em 1895, definia o estudo da poesia inglesa como “o estudo do contínuo crescimento das nossas instituições nacionais tais quais elas aparecem reflectidas na nossa literatura”.

A historiografia romântica, nesse sentido, ao estabelecer como critério o princípio cronológico, alarga os horizontes temporais retrospectiva e prospectivamente, na medida em que (re)descobre períodos até então inexplorados ou desprezados, como a Idade Média e o Barroco, graças ao desenvolvimento dos estudos arqueológicos e filológicos. Ademais, constitui-se como estratégia discursiva preponderante na construção da narrativa da nação, uma vez que mobiliza mitos fundacionais e de “povo original”, ou raça pura, inventando tradições (Hall, 2005, p. 52-56).

Por outro lado, o Romantismo transcende as barreiras do que Carpeaux (1959, p. 23) denomina “miopia nacional”, uma vez que, ao implicar a relação entre as estruturas das línguas e a índole de suas literaturas, sugere aos historiadores da “literatura universal” a comparação de diferentes tradições literárias, ou de diferentes narrativas nacionais:

A França devia a Chateaubriand contatos novos com a literatura inglesa, e a Madame de Stael a descoberta da literatura alemã. A *Histoire des Littératures Du Midi de l'Europe* (1813/1819), de Sismonde de Sismondi, chamou a atenção para os trovadores provençais, para Petrarca e Ariosto, Cervantes e Camões. Sainte-Beuve, no *Tableau Historique et Critique de la Poesie Française et du Théâtre Français au XVI Siècle* (1828), reabilitou a honra de Ronsard. O professor alemão Friedrich Bouterwek (*Geschichte der neu-*



*en Poesie und Beredsamkeit*, 1801/1819) deu notícia exata de todas as literaturas ao alcance da sua vasta erudição linguística (Carpeaux, 1959, p. 23).

Tal comparação entre literaturas configurava-se, em muitos aspectos, como uma comparação entre estados-nação, pois sugeria a associação entre unidades geopolíticas e/ou linguísticas e determinadas identidades que, tidas como nacionais, consistiam na padronização, ou estereotipificação, de suas (auto)representações. Tal foi o caso de Bouterwek, tido como precursor da historiografia da literatura brasileira.

Ao comparar entre si as literaturas do Ocidente, em sua já mencionada *História da poesia e eloquência desde o final do século XIII* (1801-1819) – a qual era parte de um ambicioso projeto coordenado por Johann Gottfried Eichhorn, que pretendia formular, com a ajuda de outros intelectuais alemães, uma *História das artes e da ciência desde a sua criação até o final do século XVIII* –, Bouterwek fazia-se valer dos pressupostos estabelecidos por Madame de Staël, segundo os quais a natureza do homem do Norte contrapunha-se à do homem do Sul. Ao tecer comentários sobre a literatura espanhola, por exemplo, o autor ressalta o seu “iberismo congenial”, bem como sua “originalidade meridional”, em confronto com a “sensaboria nórdica” (César, 1978, p. xix-xx).

Com efeito, na “Introdução geral à história da poesia e eloquência mais novas”, Bouterwek associa a pobreza ou riqueza dos povos – isto é, das nações – à riqueza ou pobreza de suas línguas, as quais encontram a sua mais alta expressão na poesia e na eloquência:

O poeta não pode expressar simbolicamente, por meio de palavras, aquilo que o público não consegue entender. Como consequência, da mesma maneira que o espírito de um povo se mostra na sua língua, ele também se mostra inevitavelmente em todos os trabalhos poéticos feitos nessa língua. A quantos fios de representações obscuras, que

acompanham cada palavra, não está preso o significado estético de uma poesia! E este jogo de representações obscuras, para o qual quer ativar o espírito de seu público, é, em grande parte, resultado do caráter nacional, da cultura nacional e da maneira geral de pensar do povo, em cuja língua ele se expressa (*apud* Bolognini, 2003, p. 98-99).

Tal dicotomia entre as literaturas do Norte e do Sul, professada por Madame de Stäel, repercute também nos quatro tomos da obra de Sismondi, *De la littérature du midi de l'Europe* (1813):

Não sabemos, até hoje, exatamente quais as razões que a inspiraram, mesmo porque a animadora do grupo de Coppet não o disse com suficiente clareza, nem os seus discípulos o puderam fazer. A verdade, hoje reconhecida, é que, se falta peso a tal divisão, teve ela entretanto o mérito de dirigir a curiosidade crítica de homens como Sismondi para as regiões meridionais (César, 1978, p. xxiv).

Com Ferdinand Denis, em seu *Resumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du resumé de l'histoire littéraire du Brésil* (1826), tal relação é levada ao extremo, tornando-se receituário, especialmente para a “literatura brasileira”, que pela primeira vez aparecia desvinculada de Portugal, pois o autor francês, ao eleger, entre os poetas setecentistas nascidos no Brasil, precursores para um certo indianismo brasileiro – que, em sua opinião, deveria ser mais bem explorado, a exemplo do que fizera Cooper nos Estados Unidos –, aconselha os autores aqui nascidos a fazerem mais uso da matéria nativa, isto é, da fauna e da flora do país, sugerindo um verdadeiro “programa nacional literário” (Rouanet, 1991, p. 229), no intuito de assegurar à literatura produzida no Brasil uma legitimidade que pudesse conferir-lhe, junto com a recente independência política, uma autonomia estética.

Nessa perspectiva, pode-se traçar uma linha de continuidade entre a historiografia romântica e a historiografia naturalista – cujo modelo clássico é a *Histoire de la littérature*

*anglaise* (1877), de Hippolyte Taine –, na medida em que esta, ao adotar os métodos objetivistas das ciências naturais, priorizando os condicionamentos ou fatores extrínsecos à obra – a raça, o meio e o momento histórico –, vai proporcionar um instrumental científico que servirá de suporte à associação romântica entre unidades geopolíticas e/ou linguísticas e identidades nacionais.

Um exemplo célebre, no caso brasileiro, é o de Sílvio Romero, que, em sua *História da literatura brasileira* (1888), foi o primeiro – e talvez o único – a discordar do “humorismo” e “pessimismo” de Machado de Assis, sendo, por isso, o pioneiro no trato da questão da influência não só dos humoristas britânicos, mas também dos filósofos pessimistas.<sup>4</sup> Segundo o crítico e historiador sergipano, o *humour* só podia ser verdadeiro, ou “genuíno”, quando se confundia com a “índole” do escritor, que por sua vez era um produto da “psicologia”, da “raça” e do “meio” do seu povo: “o temperamento, a psicologia do notável brasileiro não eram os mais próprios para produzir o ‘humour’, essa particularíssima feição da índole de certos povos. Nossa raça em geral é incapaz de o produzir espontaneamente” (Romero, 1954, p. 1629).

Para assegurar seus argumentos, Romero contrapõe alguns dados biográficos de Laurence Sterne, “filho de militar inglês”, ao “sensato, manso, criterioso e tímido Machado”, asseverando a profunda diferença entre o autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas* e o de *Tristram Shandy*. Quanto a uma possível relação entre as obras, não há nenhuma referência, limitando-se o crítico à menção das cenas mais famosas criadas pelo romancista inglês, “no dizer dos mestres, verdadeiras obras primas”, e à afirmação da disparidade entre os personagens de Sterne, “criações cheias de realidade”, e os do escritor brasileiro, que “jamais ideou nada que lembre os dois irmãos Shandys” (Romero, 1954, p. 1630).

Os mesmos pressupostos naturalistas – “a psicologia”, “a raça” e “o meio” – são utilizados para descartar o pessi-

<sup>4</sup> O narrador de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, no prólogo intitulado “Ao Leitor”, ao revelar a adoção da “forma livre de um Sterne ou de um Xavier de Maistre”, refere-se à possível introdução de “algumas rabugens de pessimismo” na obra. (Assis, 1991) A crítica, talvez motivada por tais pistas, não hesitou em caracterizá-la com o *humour* Sterneano ou com os seus elementos pessimistas, construindo assim, a despeito da solene discordância de Sílvio Romero, consensos que se reproduzem até na historiografia recente da literatura brasileira, como na *História concisa da literatura brasileira* (1970), em que, a propósito de alguns poemas que teriam precedido a segunda fase do autor, alude-se o “pessimismo cósmico de Schopenhauer e Leopardi” (Bosi, 1994, p. 178), ou em *De Anchieta a Euclides*, onde *Brás Cubas* é considerado um “romance Sterneano” (Merquior, 1979, p. 166).

mesmo de Machado de Assis. O nosso romancista, não descendendo das raças arianas, não poderia ser um desencantado à maneira dos verdadeiros pessimistas:

Nós brasileiros somos faladores, desrespeitadores das conveniências, assaz irrequietos, até onde nos deixa ir nossa ingênita apatia de meridionais, não somos pessimistas, nem nos agrada o terrível desencanto de tudo, sob as formas desesperadoras dos nirvanistas à Buda ou à Schopenhauer (Romero, 1954, p. 1631).

O que está em causa, aqui, não é a obra do autor brasileiro em suas relações com a do romancista inglês, mas simplesmente a sua suposta personalidade, no que tem de inferior e incompatível com a de Laurence Sterne. Ao que parece, Sílvio Romero nunca lera o autor de *Tristram Shandy*, sendo talvez esse o motivo pelo qual não desenvolve suas afirmações, podendo-se supor que suas opiniões a respeito de Sterne fossem adquiridas de segunda mão – provavelmente via Taine.

Tal preconceito de Romero justifica-se pelo próprio projeto de sua obra, que buscava encontrar as “leis” que presidiam a formação do gênio, do espírito e do caráter do “povo brasileiro”. Para tanto, era de suma importância o fenômeno da miscigenação, o qual seria gerado a partir de cinco fatores: o português, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira. Desse modo, a literatura somente adquiriria um caráter nacional quando exprimisse, literariamente, o novo tipo histórico criado pela miscigenação, algo que, a seu ver, não seria realizado por Machado de Assis.

Embora sua proposta e seu método sejam diferentes daqueles dos historiadores românticos, uma vez que buscam identificar a nacionalidade literária a partir de critérios objetivos e tidos à época como científicos, Romero acaba por (in)definir o “caráter nacional” como “um não sei quê” indicativo de nacionalidade, reforçando assim, nesse aspecto, o pressuposto romântico de que a literatura representa o espírito – algo difícil de definir – das nações:

Essa aproximação auxilia, assim, na inserção de Romero na tradição historiográfica, como também dimensiona o ensaio de Machado [“Literatura brasileira – instinto de nacionalidade”, publicado em 1873] como “ponte” entre os românticos e os “modernos” do fim do século. A noção do “caráter nacional”, do “sentimento íntimo”, já podia ser lida em Santiago Nunes Ribeiro; ela passa por Machado, que a desvincula dos índices específicos da nacionalidade – a natureza, o indígena etc. – abrindo a literatura para os temas gerais da humanidade; e deságua em Sílvio Romero, que busca, embora problemáticamente, desvendar-lhe historicamente os fundamentos (Weber, 1997, p. 76).

A busca pela nacionalidade literária, meta principal da historiografia romântica e naturalista, atravessa toda a historiografia da literatura brasileira, tornando-se problemática na historiografia produzida durante a década de 1970, principalmente entre os partidários da teoria da dependência. Apesar da ideia de uma literatura nacional homogênea e integrada à tradição ocidental desse lugar a uma visão dialética de seus descompassos e descontinuidades, inserindo as literaturas da América Latina na zona de influência das literaturas metropolitanas, a tradição historiográfica inaugurada com o Romantismo se mantinha presente, especialmente no tocante à questão sempre reiterada da circulação de ideias, dentro e “fora do lugar”:

Reescrevia-se, dessa forma, portanto, boa parte da tradição – de uma tradição, melhor dito, que, desde o Romantismo, levantava a questão por vezes incômoda da imitação, das influências, da transplantação: a da imitação dos clássicos pelos árcades, sinônimo, para os românticos, de imitação da e de subserviência à literatura portuguesa (enquanto, “paradoxalmente”, se saía a campo consumindo modelos franceses...); a da importação constante de modismos estrangeiros, já denunciada por um Sílvio Romero, por exemplo, a fazer com que um modismo se substituísse

a outro, sem que as idéias apresentassem “seriação interna” (atitude “paradoxalmente” reforçada pelo próprio Sílvio, ao consumir a última moda cientificista européia e o “último autor”, ou ao propor a substituição do francesismo pelo germanismo...); a da importação que levaria um Oswald de Andrade, nos anos 20, a propor a devoração antropofágica (modo “paradoxal” de se continuar a importação...); a da transplantação de Nelson Werneck Sodré (que, “paradoxalmente”, denunciava a “ideologia do colonialismo”, a resultar na diferença entre a cultura importada e a realidade nacional, com base na ortodoxia stalinista...) (Weber, 1997, p. 144-145).

Essa busca da nacionalidade literária, como se vê, só pode realizar-se em confronto com as outras nações, por meio de relações de poder e estranhamento, se pensarmos o Outro como uma oposição ou negação contra a qual uma subjetividade dominante é definida, pois, como a psicanálise lacaniana tem postulado, é a partir das alteridades que as identidades se constituem (Boehmer, 1995, p. 21). Ela remonta tanto à origem dos saberes linguísticos – uma vez que, nas tradições egípcia, babilônica e grega o florescimento do saber linguístico tem sua fonte no fato de que a escrita, fixando a linguagem, tem por objetivo a alteridade e a coloca diante do sujeito como um problema a resolver (Auroux, 1992, p. 23) – quanto aos primórdios da história literária, na época da produção das primeiras bibliotecas sistemáticas e dicionários biobibliográficos, no século XVI.<sup>5</sup>

É o que sugere Diogo Barbosa Machado, em sua *Biblioteca Lusitana* (1741), ao justificar a publicação de sua obra, que buscava inscrever-se no “movimento geral de dotar as nacionalidades européias de histórias de literatura” (Lajolo, 1994, p. 88):

Estimuladas de ambição da glória as mais célebres nações do mundo querendo estender a sua fama, assim como a tinham dilatado com as espadas, perpetuarão nos monumentos literários das bibliotecas os admiráveis progressos

---

<sup>5</sup> Entre essas primeiras obras, Carpeaux (1959, p. 18) menciona a *Bibliotheca Universalis* (1545-1555), de Conradus Gesner, e o *Dictionarium Historicum, Geographicum et Poeticum* (1553), de Carolus Stephanus.

que fizeram em todas as faculdades [...]. Entre todos os reinos e cidades da Espanha, que com gloriosa emulação compuseram bibliotecas para perpetuar na república das letras os nomes de seus naturais, unicamente Portugal se não jactava de semelhante brasão (*apud* Lajolo, 1994, p. 88).

Desse modo, se, no processo de constituição das nações europeias, a produção das histórias literárias se fazia acompanhar da aliança entre língua e império, ou por uma espécie de nacionalismo imperialista que se forjava em oposição ao Outro colonial, como no caso inglês (Boehmer, 1995, p. 32), no caso dos países americanos, nos quais a língua não era um elemento que os diferenciava das respectivas metrópoles imperiais, nunca tendo se colocado como questão nas primeiras lutas de libertação nacional (Anderson, 2008, p. 84-85), os primeiros impulsos historiográficos confundem-se com o corte dos vínculos políticos com as potências colonialistas europeias, na tentativa de tornar possível o aparecimento de novas nacionalidades literárias, as quais, em oposição à metrópole, inseriam-se em um projeto de independência nacional para o qual era de suma importância uma narrativa de sua fundação e destino (Souza, 2007, p. 13).

Assim, a ênfase de boa parte da reflexão teórica sobre o passado, especialmente em países de condição pós-colonial, tem levado a uma revisão dos pressupostos da historiografia romântica e, portanto, do próprio projeto da modernidade, uma vez que passa a ser postulada a multiplicidade de relatos e sujeitos, em oposição a uma narrativa monolítica e unificadora que despreza os fenômenos de desterritorialização, migração e integração:

O sujeito enunciador do discurso fundante do estado-nação na América Latina durante o século XIX – independentemente de sua individuação – teve um projeto patriarcal e elitista que excluiu [...] não só a mulher, como também índios, negros, escravos, analfabetos e, em muitos casos, aqueles que não tinham propriedades. Esse perfil do

sujeito enunciador contribuiu, por sua vez, para a construção do perfil de um sujeito da nação (o cidadão) que se identificou com o discurso de certo nacionalismo (Achugar, 1994, p. 49-50).

Tal nacionalismo, por sua vez, em função de uma língua e uma literatura nacional que “esquece” – no sentido que Renan (2006) dá ao termo – ou apaga as diferenças étnicas, sociais, linguísticas e culturais que não se encaixam no projeto nacional de que o Estado e os homens de letras são os principais representantes, estabelece o padrão necessário para a produção de dicionários, gramáticas, antologias, parnasos e, principalmente, histórias literárias, os quais, institucionalizando-se nos sistemas de educação nacionais, serão uma instância preponderante, no século XIX, para a legitimação das identidades nacionais.

Estas, como já se afirmou, constituem-se discursivamente, em confronto com uma alteridade, que pode ser representada pelo colonizador ou pelas nações concorrentes, em relação às quais, ou em decorrência das quais, suas narrativas foram sendo produzidas. Nesse sentido, o processo de institucionalização da história literária, seja como instância legitimadora do estado-nação, seja como disciplina escolar e acadêmica, encontra-se indissolivelmente associado ao da configuração dos primeiros estudos de literatura comparada.

## Referências

ACHUGAR, Hugo. A escritura da história ou a propósito das fundações da nação. In: MOREIRA, Maria Eunice (Org.). *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

ANDERSON, B. R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva / Edusp, 1978.



ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: FTD., 1991.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Unicamp, 1992.

BHABHA, Homi K. *Nation and narration*. London and New York: Routledge, 2006.

BOEHMER, Elleke. *Colonial & postcolonial literature: migrant metaphors*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1995.

BOLOGNINI, Carmem Zink (Org.). *História da literatura: o discurso fundador*. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil / São Paulo: Fapesp, 2003.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

BUESCU, Maria Leonor C (Org.). *João de Barros: textos pedagógicos e gramaticais*. Lisboa: Verbo, 1969.

CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1959. v. 1.

CÉSAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do Romantismo – 1: a contribuição européia, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos / São Paulo: Edusp, 1978.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HUE, Sheila Moura (Org.). *Diálogos em defesa e louvor da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

LAJOLO, Marisa. A Biblioteca Lusitana, tetravó ilustre da história da literatura em língua portuguesa. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, São Paulo, n. 2, p. 31-38, 1994.

MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

MIRANDA, Wander Melo. Nações literárias. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, São Paulo, n. 2, p. 31-38, 1994.

RENAN, Ernest. What is a nation? In: BHABHA, Homi K. *Nation and narration*. London and New York: Routledge, 2006.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953-1954. 5 v.

ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Introdução à historiografia da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. 1997.

WELLEK, René; WARREN, Austin. *Têoria da literatura*. Tradução: José Palla e Carmo. Lisboa: Europa-América, 1962.